



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo Administrativo nº 10.133/2021

#### TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO: Contratação de empresa de especializada para a execução de pintura da sede do Tiro de Guerra de São Carlos.**

#### 1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O prédio que abriga a sede do Tiro de Guerra de São Carlos TG 02-035 está situado à Rua Tiradentes, 592, Jardim Macarengo, esquina com a Rua Rui Barbosa. Trata-se edificação antiga, onde se verifica a necessidade de recuperação parcial do revestimento e pintura das paredes, tanto interna como externamente.

A manutenção das instalações do Tiro de Guerra é de responsabilidade da Prefeitura Municipal conforme convênio constante no processo nº 10.695/1988 e, em atendimento ao Ofício 0434/2021 – SMSPDS - mr (Anexo), realizamos o levantamento dos quantitativos necessários para o serviço de pintura da edificação.

A pintura da edificação visa atender às condições apropriadas de salubridade, segurança e conforto dos usuários, em vista do estado de deterioração constatado em boa parte das paredes e da pintura em geral.

#### 2. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço de abrange a recuperação, preparação e pintura das paredes internas e externas da edificação e do muro de divisa com tinta acrílica; fornecimento de todos materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços no local de execução; fornecimento de toda a mão de obra, insumos, equipamentos de proteção.

2.2. A Contratada deverá disponibilizar para a realização dos serviços, equipes compostas por mão de obra adequada, seja pedreiros, carpinteiros, pintores, ajudantes, de acordo com a natureza do serviço a ser realizado.

2.3. Os serviços a serem contratados compreendem o fornecimento de todos os materiais (exceto onde informado o contrário), máquinas, equipamentos, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços contratados, incluídos todos os insumos (combustível, lubrificantes etc.), impostos e encargos.

2.4. As quantidades foram apuradas em campo pelo Departamento de Manutenção Viária da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SMSP/PMSC e são apresentados no **Anexo I – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e BDI**.

2.5. A execução dos serviços será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

2.6. Caberá à Contratada apresentar, mensalmente, planilha padronizada constando os quantitativos executados e concluídos, identificados por local/endereço, em consonância com programação previamente fornecida pela Fiscalização.

2.7. Competirá à Fiscalização da Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a verificação e conferência dos serviços executados, realizando a medição e autorização de emissão de nota fiscal referente aos serviços aprovados.

2.8. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

---

2.8.1. A fiscalização deverá comunicar por meio de notificação formal, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, a ocorrência de eventuais pendências verificadas nos serviços executados.

2.8.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na notificação.

2.9. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a conclusão dos serviços contratados, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

2.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exatidão do prazo.

2.9.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### **3. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

3.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

3.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

3.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

---

desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **4. DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Ofício 0434/2021 – SMSPDS - mr;
- Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e BDI;
- Anexo III – Cronograma físico-financeiro.

Município de São Carlos-SP, 15 de julho de 2021.

Eduardo Alexandre da Silva Casado  
Engenheiro Civil – DpMV/SMSP  
CREA-SP 5061070010

Aprovação:

**Mariel Pozzi Olmo**  
Secretário Municipal de Serviços Públicos